



**ANTONIO MENEGHETTI FACULDADE
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM PEDAGOGIA
ONTOPSICOLÓGICA: INOVAÇÃO EM COMPETÊNCIAS HUMANAS**

DANIELA DOS SANTOS MORALES

**Caderno de propostas: Síndrome de Down e a chegada na Escola
de Educação Infantil**

**RESTINGA SÊCA, RECANTO MAESTRO
2026**

DANIELA DOS SANTOS MORALES

Caderno de propostas: Síndrome de Down e a chegada na Escola de Educação Infantil

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Pedagogia Ontopsicológica do curso de Especialização *Latu Sensu* em Pedagogia Ontopsicológica: Inovação em Competências Humanas, Faculdade Antonio Meneghetti - AMF.

Orientadora: Profa. Mestre Patrícia Dias

RESTINGA SÊCA, RECANTO MAESTRO
2026

DANIELA DOS SANTOS MORALES

Caderno de propostas: Síndrome de Down e a chegada na Escola de Educação Infantil

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Pedagogia Ontopsicológica do curso de Especialização *Latu Sensu* em Pedagogia Ontopsicológica: Inovação em Competências Humanas, Faculdade Antonio Meneghetti - AMF.

Orientadora: Profa. Mestre Patrícia Dias

Recanto Maestro, 26 de junho de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof(a). Dr.(a)
Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso
Faculdade Antonio Meneghetti

Prof(a). Dr.(a)
Membro da Banca Examinadora
Instituição

Prof(a). Dr.(a)
Membro da Banca Examinadora
Instituição

Caderno de propostas: Síndrome de Down e a chegada na Escola de Educação Infantil

Proposal Workbook: Down Syndrome and the Transition into Early Childhood Education

Daniela dos Santos Morales^{1*}

Orientadora Patricia Dias^{2**}

RESUMO: A inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil representa um desafio para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas, sobretudo diante da escassez de materiais que orientem os professores quanto ao acolhimento e ao desenvolvimento dessas crianças desde o início da escolarização. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo desenvolver um caderno de propostas pedagógicas destinado aos professores da Educação Infantil, reunindo informações sobre a Síndrome de Down e estratégias de acolhimento e ensino fundamentadas na Pedagogia Ontopsicológica. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, contemplando estudos sobre Educação Infantil, Educação Especial Inclusiva, Síndrome de Down e Pedagogia Ontopsicológica, utilizando a metodologia Design Science Research (DSR) para a concepção e o desenvolvimento do artefato educacional. Os resultados evidenciaram a carência de materiais específicos voltados aos docentes da Educação Infantil, predominando guias direcionados às famílias, cuidadores e profissionais da saúde, o que reforçou a necessidade da elaboração de um recurso pedagógico voltado ao contexto escolar. Como produto da pesquisa, foi elaborado um caderno de propostas que articula fundamentos teóricos, legislação, conceitos de inclusão, características da Síndrome de Down e sugestões de práticas pedagógicas para favorecer o acolhimento da criança e de sua família. Conclui-se que o artefato constitui uma contribuição para a formação docente e para o fortalecimento da educação inclusiva, valorizando as potencialidades das crianças com Síndrome de Down e qualificando a prática pedagógica desde a primeira etapa da Educação Básica.

Palavras-chave: Educação Infantil; Síndrome de Down; Pedagogia Ontopsicológica; Educação Especial Inclusiva; Design Science Research.

ABSTRACT: The inclusion of children with Down syndrome in Early Childhood Education represents a challenge for the implementation of inclusive pedagogical practices, particularly due to the scarcity of materials that guide teachers in welcoming and supporting these children from the beginning of their educational journey. In this context, the present study aimed to develop a pedagogical guide for Early Childhood Education teachers, providing information about Down syndrome and teaching and welcoming strategies grounded in Ontopsychological Pedagogy. This study is characterized as bibliographic research, encompassing literature on Early Childhood Education, Inclusive Special Education, Down syndrome, and

^{1*} Breve currículo que qualifique o autor na área de conhecimento do artigo, incluindo-se o endereço de e-mail.

^{2**} Professor(a) orientador(a) Nome e sobrenome. Breve currículo, incluindo o endereço de e-mail.

Ontopsychological Pedagogy, using the **Design Science Research (DSR)** methodology for the design and development of an educational artifact. The findings revealed a lack of specific materials intended for Early Childhood Education teachers, with most existing guides being directed toward families, caregivers, and healthcare professionals. This finding reinforced the need to develop a pedagogical resource tailored to the school context. As a result of the research, a pedagogical guide was developed that integrates theoretical foundations, educational legislation, concepts of inclusion, characteristics of Down syndrome, and suggestions for pedagogical practices aimed at fostering the inclusion of children and welcoming their families. It is concluded that the educational artifact contributes to teacher education and to strengthening inclusive education by providing theoretical and practical support that values the potential of children with Down syndrome and enhances pedagogical practices from the first stage of Basic Education.

Keywords: Early Childhood Education; Down Syndrome; Ontopsychological Pedagogy; Inclusive Special Education; Design Science Research.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e representa um período decisivo para o desenvolvimento integral da criança. Nesse contexto, a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas torna-se essencial para garantir o direito à aprendizagem e à participação de todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência.

Nessa seara, a Educação Infantil vem se consolidando como modalidade de Educação ao longo dos anos, deixou de ser uma parte da assistência social para constituir-se como parte da Educação Básica, sendo hoje considerado o início da escolarização.

Na LDB 9394/96 a Educação Especial ganha destaque no momento que é estabelecido um capítulo para a sua organização e funcionalidade dentro da Educação Nacional. As políticas públicas voltadas à Educação Especial ao longo dos anos foram sendo organizadas para que ocorressem os processos de inclusão escolar desde a Educação Infantil. Destaca-se na LDB 93934/96 a transversalidade da Educação Especial, a qual vai perpassando todos os níveis e modalidades da Educação Nacional.

A articulação entre essas duas modalidades educacionais constitui o ponto de partida desta pesquisa, que é unir a transversalidade da Educação Especial e a

Educação Infantil buscando um caminho possível para a inclusão escolar das crianças em sua primeira infância.

Ao receber estudantes com deficiência, é fundamental que a escola acolha suas famílias, compreenda o percurso de desenvolvimento de cada aluno e reconheça suas potencialidades. Nesse contexto, a instituição deve promover ações pautadas no profissionalismo, no cuidado e no respeito às necessidades individuais, assegurando um atendimento que favoreça o desenvolvimento e a aprendizagem. Paralelamente, cabe ao professor investir continuamente em sua formação, ampliando e atualizando seus conhecimentos para qualificar sua prática pedagógica. Esse movimento de reflexão e aperfeiçoamento permanente fortalece a construção de uma educação inclusiva, comprometida com a equidade, a participação e a valorização das diferenças.

Apesar dos avanços das políticas públicas voltadas à educação inclusiva e da ampliação do acesso de crianças com deficiência à Educação Infantil, muitos professores ainda relatam dificuldades para encontrar orientações específicas que subsidiem o planejamento e o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas às crianças com Síndrome de Down. Observa-se, nesse contexto, uma carência de materiais que articulem conhecimentos teóricos e estratégias pedagógicas aplicáveis à realidade da Educação Infantil, evidenciando a necessidade de estudos que contribuam para a formação docente e para o fortalecimento das práticas inclusivas.

A motivação para este estudo surge da articulação entre a trajetória profissional da pesquisadora na área da Educação Especial e sua experiência no âmbito familiar. Dessa forma, a pesquisa resulta da convergência entre a formação profissional e vivências pessoais, despertando inquietações relacionadas ao processo de escolarização de crianças com Síndrome de Down, especialmente no que se refere ao ingresso na escola durante a primeira infância e à efetivação da educação especial na perspectiva inclusiva.

Destaca-se que a Síndrome de Down, na maioria dos casos, é diagnosticada ainda durante a gestação e/ou nos primeiros meses de vida, o que possibilita acompanhar precocemente o desenvolvimento da criança e planejar seu percurso educacional desde os primeiros anos. Em razão disso, este estudo delimita seu foco ao início da escolarização, mais especificamente ao ingresso da criança na Educação Infantil, por compreender que essa etapa é fundamental para o desenvolvimento, a aprendizagem e a consolidação de práticas inclusivas.

Minha trajetória como Educadora Especial e integrante da Rede Estadual de Educação, há mais de 20 anos, atuando em Sala de Recursos Multifuncionais e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), tem sido marcada pelo compromisso com a construção de práticas inclusivas que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem de estudantes com deficiência.

Além da experiência profissional, este estudo também é motivado por uma vivência pessoal. Sou mãe de um menino com Síndrome de Down (Trissomia do 21), condição que despertou um interesse ainda mais profundo em compreender os desafios e as possibilidades relacionados ao processo de escolarização dessas crianças. Acompanhar seu ingresso e sua trajetória na Educação Infantil tem proporcionado reflexões importantes sobre os caminhos percorridos pelas crianças com Síndrome de Down, suas famílias e os profissionais da educação.

Assim, esta pesquisa nasce da convergência entre a experiência profissional e a experiência materna, que se complementam e fortalecem o compromisso com a promoção de uma educação inclusiva, acolhedora e comprometida com o desenvolvimento integral da criança desde os primeiros anos de escolarização.

A partir dessas reflexões, surgiram questionamentos que orientaram o desenvolvimento deste estudo e nortearam as discussões apresentadas ao longo da pesquisa: Como subsidiar os professores da Educação Infantil para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas voltadas às crianças com Síndrome de Down desde seu ingresso na escola?

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo oferecer informações sobre a Síndrome de Down que possam contribuir para a prática pedagógica dos professores da Educação Infantil. Além disso, pretende desenvolver um artefato pedagógico que auxilie os educadores no acolhimento e no trabalho com crianças com Síndrome de Down, tendo como fundamento a Pedagogia Ontopsicológica. Busca, ainda, ampliar os conhecimentos sobre a relação entre a Educação Especial e a Educação Infantil, contribuindo para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Como produto desta pesquisa, foi elaborado um caderno de propostas pedagógicas voltado aos professores da Educação Infantil. O material tem como finalidade oferecer orientações e sugestões para apoiar o acolhimento e práticas pedagógicas inclusivas com crianças com Síndrome de Down.

O caderno apresenta informações sobre a Síndrome de Down, caracterizada pela trissomia do cromossomo 21, e reúne estratégias que auxiliam os professores desde o ingresso da criança na escola, contemplando também o acolhimento de sua família. Fundamentado nos princípios da inclusão e da equidade, o material busca articular conhecimentos teóricos e práticos, contribuindo para a qualificação das práticas pedagógicas.

Esse caderno também representa a integração entre a experiência profissional da pesquisadora na Educação Básica, a busca permanente por formação e aperfeiçoamento e as reflexões construídas a partir de sua vivência como mãe de uma criança com Síndrome de Down. Assim, o material reúne conhecimentos acadêmicos, experiências da prática docente e vivências pessoais, com o propósito de oferecer um suporte teórico e prático aos professores que atuam na Educação Infantil e desejam promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Para a elaboração deste caderno de propostas, foi utilizada a metodologia Design Science Research (DSR), que orientou o desenvolvimento do artefato pedagógico a partir da identificação do problema, da construção da solução e de sua fundamentação científica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de estar inserida como uma das modalidades da Educação Básica a Educação Infantil fazia parte da assistência social, este cunho assistencialista muitas vezes ainda é percebido no imaginário das pessoas, a profissionalização das pessoas que estavam à frente desses espaços, agora, educacionais, ocorre somente após a este reconhecimento.

A infância, caracterizada pelo período do nascimento até os 6 anos de idade, momento no qual ocorrem os maiores saltos de desenvolvimento. Neste período as crianças estão acessando a Educação infantil. A LDB 9394/96, bem como os demais documentos que regem a Educação Nacional, trazem a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, atendendo alunos de zero até os 5 anos de idade, assim destaca-se:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em

seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996)

Assim temos a compreensão que na Educação Infantil se dá a entrada da criança na escolarização com objetivo de desenvolvimento integral, os documentos legais que a regem trazem esse viés e os estudos apontam este caminho para o desenvolvimento de ações pedagógicas que fortaleçam o desenvolvimento das crianças.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018) estabelece seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças da Educação Infantil, além de organizar o currículo em cinco campos de experiências, definindo objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada faixa etária. O documento compreende a criança como um sujeito histórico e de direitos, que constrói sua identidade, conhecimentos e aprendizagens por meio das interações que estabelece com outras crianças, com os adultos, com a cultura e com o ambiente em que vive.

A BNCC (Brasil, 2018) estabelece seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças da Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos orientam as práticas pedagógicas e têm como finalidade garantir o desenvolvimento integral da criança, por meio das interações, das brincadeiras e das experiências vividas no ambiente escolar. Assim, constituem princípios fundamentais para o planejamento das ações educativas, assegurando que todas as crianças tenham oportunidades de aprender, desenvolver-se e participar ativamente do processo de escolarização na Educação Infantil.

Na Educação Infantil a criança vai ter o início de sua formação, aprendendo no contato com o outro, crescendo e desenvolvendo o seu potencial. A criança se desenvolve na ação, na experimentação, no contato com a natureza criando e estabelecendo relações, sendo fundamental a intencionalidade pedagógica (Brasil, 2018) para seu desenvolvimento integral.

A Política Nacional de Educação Infantil aponta: “A educação de crianças com necessidades educacionais especiais deve ser realizada em conjunto com as demais crianças, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado mediante avaliação e interação com a família e a comunidade.”(BRASIL, p.17,2006). Encontra-se como um de seus objetivos: “Garantir o acesso de crianças com

necessidades educacionais especiais nas instituições de Educação Infantil.” (BRASIL, 2006, p.19).

Os autores Bruno e Nozu (2019) ao trazerem para o debate as políticas públicas acerca da educação inclusiva na Educação Infantil afirmam que essas ocupam um reduzido espaço, especialmente no que diz respeito ao direito social das crianças com deficiências estarem presentes na Educação Infantil.

A Educação Infantil como direito social é recente no cenário das políticas públicas brasileiras, fruto de lutas dos movimentos sociais, no final da década de 1980, tendo a Constituição Federal de 1988 reconhecido a infância e garantido o acesso de crianças a creches e pré-escolas. Assim, a Educação Infantil foi concebida como dever do Estado e opção da família. Além disso, no tocante à educação de crianças com deficiência, o texto constitucional prevê o AEE a ser ofertado preferencialmente na rede regular de ensino. (BRUNO; NOZU, 2019, p. 688)

Os autores afirmam que as políticas públicas da Educação Infantil foram aos poucos implementando a Inclusão em seus delineamentos. Não se tem estabelecida nenhuma legislação específica para a Educação Infantil e Inclusão, mas as leis que a regem, tanto a Educação Infantil quanto a Educação Inclusiva falam sempre no atendimento ao público alvo da Educação Especial dentro das Escolas. Como por exemplo, nas Políticas Nacionais da Educação Infantil:

A inclusão escolar tem início na Educação Infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social (BRASIL, 2008, p.9).

Dentre os documentos que norteadores da Educação Nacional salientamos a BNCC (Brasil, 2018) que não traz referências específicas à Educação Especial, mas sim coloca a inclusão como uma competência necessária aos estudantes, sendo um dos pilares da educação nacional, assim entende-se que o documento inteiro é voltado à Educação Inclusiva.

O Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, institui a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva reafirmam que determina que a escolarização das pessoas com deficiência aconteça da Educação Infantil a Educação Superior, garantindo a transversalidade da Educação Especial Inclusiva, apontada também por documentos anteriores.

A Educação Especial na perspectiva inclusiva consolidou-se no Brasil como um direito assegurado a todos os cidadãos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse marco legal estabeleceu a educação como um direito social fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as pessoas no sistema educacional, sem qualquer forma de discriminação. Em seu artigo 205, a Constituição Federal dispõe que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Esse dispositivo constitucional representa um importante fundamento para a construção de políticas públicas voltadas à educação inclusiva, ao reconhecer que o direito à educação deve ser assegurado a todos os estudantes, incluindo as pessoas com deficiência, em condições de igualdade de oportunidades e participação.

Historicamente a Educação das pessoas com deficiência acontecia em ambientes de segregação, pois apresentava viés de assistencialismo e cuidados de saúde. O entrelaçamento entre o direito à Educação para todos e a Educação Especial fica mais palpável com a Declaração de Salamanca (1994) onde a Educação Inclusiva passa a ser fomentada para as pessoas com deficiência e a Escola passa a apresentar-se como uma possibilidade.

Compreende-se que a inclusão seja a forma de que as pessoas com deficiência sejam entendidas, valorizadas na sociedade, oferecendo desenvolvimento e autonomia para que possam decidir por si mesmas como agir nas diferentes circunstâncias da Vida. Na Inclusão a sociedade e a pessoa com deficiências se moldam e adaptam as diferentes situações do cotidiano.

Assim, a inclusão escolar se faz presente nas legislações brasileiras desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996 (LDB 9394/96). Nesta, a Educação Especial passa a ter destaque com um capítulo exclusivo e colocado como uma modalidade da Educação Nacional. As Leis que regem a nossa

Educação Inclusiva vem ao longo dos anos sendo implementadas buscando processos inclusivos. Diante disso, considera-se:

O processo inclusivo pode significar uma verdadeira revolução educacional e envolve o descortinar de uma escola eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidária e democrática onde a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar a Inclusão. (CARDOSO 2003, p.24)

A Educação Inclusiva deve propor um reordenamento nas práticas educativas dos professores, nas quais todos aprendem e se desenvolvem. A Escola deixa de ser somente um ambiente de socialização para propor desenvolvimento da criança com deficiência.

As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando estilos e ritmos diferentes de aprendizagem. Devem assegurar a todos uma educação de qualidade, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade. (FERRAZ, ARAUJO, CARREIRO, 2020, p. 398)

Embora a educação inclusiva tenha avançado significativamente nas últimas décadas, ainda é necessário fortalecer a compreensão de que todas as crianças têm potencial para se desenvolver quando lhes são garantidas oportunidades de aprendizagem, participação e apoio adequados. Apesar dos avanços nas políticas de inclusão, muitas crianças com deficiência ainda enfrentam desafios para exercer plenamente seu direito à educação.

Nesse contexto, a Educação Infantil representa uma etapa fundamental, pois oferece experiências lúdicas, interativas e significativas que favorecem o desenvolvimento integral da criança desde os primeiros anos de escolarização. Ao promover ambientes inclusivos desde o início da vida escolar, toda a comunidade educativa é beneficiada, uma vez que a convivência com a diversidade contribui para a formação de sujeitos mais respeitosos, sensíveis e comprometidos com os princípios da equidade e da inclusão.

A entrada na escola para as pessoas com deficiência não é um momento fácil para as famílias, um dos motivos da preocupação é a vaga ser negada a estas crianças. As leis que regem a Educação Nacional garante atendimento adequado às pessoas com deficiência, o atendimento educacional especializado e o ingresso na Educação Infantil, bem como demais etapas da Educação.

BRASIL 2019 caracteriza deficiência:

Art. 2 Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.(BRASIL, 2019, p.9).

A transversalidade aponta para união da Educação Especial Inclusiva e Educação Infantil, ambas buscam o desenvolvimento integral da criança respeitando seu tempo e sua essência.

Uma das garantias da política nacional de educação especial inclusiva é: “garantir a educação básica para o público da educação especial, de zero a dezessete anos de idade, asseguradas as adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais.” (BRASIL, 2025). Dentre o público alvo a educação especial estão as pessoas com deficiência intelectual, grupo que acolhe várias síndromes genéticas, incluindo a Síndrome de Down.

A Síndrome de Down é uma condição genética que se dá pela multiplicação do cromossomo 21, que apresenta três cromossomos ao invés de dois. Diagnosticada através de exame físico, no momento do nascimento e confirmado por um estudo genético, o cariótipo. Tal diagnóstico pode ser percebido através de exame da ultrassonografia durante a gestação e confirmado através de uma amniocentese. Mas muitas vezes o diagnóstico somente é conhecido no momento do nascimento.

El Síndrome de Down es una alteración cromosómica numérica que origina retardo mental y otros trastornos del desarrollo, frecuentemente asociado a defectos congénitos importantes. Es causado por la presencia de una dosis extra de genes que se encuentran en la región crítica en el cromosoma 21, que origina el fenotipo característico de la trisomía 21 o Síndrome de Down. Registrado con los códigos CIE 10: Q90.0 - Q90.9. (MANASSERO-MORALES, 2016, p.38)

Não existe um “grau” de Síndrome de Down, existem sim formas de ocorrências da síndrome, a saber, Translocação, Mosaicismo ou a Trissomia simples ou padrão do/no cromossomo 21. As causas e/ou origens genéticas da Síndrome de Down ainda não são totalmente claras, variando de um simples erro na divisão celular como também pode ocorrer pelos casos na família. No Brasil temos cerca de 1 nascimento de crianças com Síndrome de Down a cada 700 nascidos vivos. Estima-se que existam cerca de 300 mil pessoas com Síndrome de Down no Brasil (IBGE, 2022).

Existem aspectos físicos que são comuns a todas as pessoas com Síndrome de Down, implantação baixa das orelhas, olhos amendoados, mãos e pés pequenos, prega palmar única ao nascer. Outras características da síndrome como atraso no desenvolvimento motor, com a presença de hipotonia que acarreta dificuldades na mobilidade, atrasos na aquisição da fala, podendo apresentar outros transtornos de desenvolvimento.

A deficiência intelectual constitui uma das características centrais da Síndrome de Down, sendo esta a etiologia genética de maior prevalência entre os indivíduos diagnosticados com deficiência intelectual no cenário mundial.

Streda e Vasques (2022) trazem que o tratamento e atendimento da Síndrome de Down é guiado pelo modelo médico de diagnóstico, que assume como principal característica da síndrome a deficiência intelectual. As autoras destacam que o determinismo que se estabelece ao marcar essa como condição essencial relega a segundo plano, quando se considera o desenvolvimento individual, características pessoais e de estímulo.

A consolidação dos processos inclusivos nas escolas brasileiras ainda representa um desafio significativo. Entretanto, importantes avanços foram impulsionados por marcos legais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). A partir desses instrumentos normativos, observou-se um expressivo aumento das matrículas de estudantes com deficiência nas escolas regulares. Além de garantir o direito ao acesso e à permanência na educação, essas legislações promoveram uma mudança de paradigma, substituindo a perspectiva centrada no modelo clínico da deficiência por uma abordagem que reconhece e valoriza as potencialidades, as capacidades e o desenvolvimento dos sujeitos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) representa um importante marco para a consolidação da educação inclusiva no Brasil. Posteriormente, em outubro de 2025, foi instituída a Rede Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, fortalecendo as ações voltadas à garantia do direito à educação para estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação, por meio da articulação entre os diferentes sistemas de ensino.

No contexto da Educação Infantil, o professor desempenha papel fundamental nesse processo, pois é o responsável por planejar e desenvolver práticas pedagógicas que contemplem as necessidades e as potencialidades de cada criança, definindo os aspectos do desenvolvimento que serão priorizados em cada etapa da aprendizagem. Para exercer essa função com intencionalidade pedagógica, é imprescindível que o docente invista em uma formação inicial sólida e em processos contínuos de formação continuada, buscando conhecimentos teóricos e metodológicos que subsidiem uma prática inclusiva, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento integral de todas as crianças.

Nesse contexto, Freire (2000) propõe que o professor seja aquele que irá fomentar a criatividade e autonomia das pessoas, compreendendo que o indivíduo que se entende como inconcluso busca permanentemente a educação. Professor enquanto aquele que vai subsidiar caminhos que levem ao desenvolvimento das habilidades de cada pessoa.

2.3 Pedagogia Ontopsicológica e desenvolvimento humano

A pedagogia vem através dos anos caracterizando o trabalho dos professores como aqueles que devem trazer subsídios educacionais aos alunos, através da construção do conhecimento. Ao pensar em Educação, Escola, formação de professores e mesmo desenvolvimento compreende-se que a conduta do pedagogo/professor deva ser como “*Arte de coadjuvar ou evolver uma criança a realização*” (Meneghetti, 2014, p.14). Acredita-se que esta passagem tem marcos que tratam o desenvolvimento de forma integral e definem o papel do professor como aquele que vai acompanhar o caminho a ser construído por aqueles que o professor está acompanhando, neste trabalho a criança.

A Pedagogia Ontopsicológica tem como princípios à formação da pessoa como único sujeito único e protagonista de sua vida, no entanto o ambiente no qual está inserida é importante para que se tenha desenvolvimento das potencialidades daquele indivíduo sejam estimuladas. Para explicar este desenvolvimento da criança Meneghetti diz:

Uma situação análoga acontece se nós colocarmos um punhado de sementes mistas em um pequeno espaço de terra, tendo preparado o hábitat ecologicamente adequado em conformidade à virtualidade das singularidades sementes: as sementes que têm o habitat em conformidade se desenvolvem, enquanto outras não. Isso não depende somente da

potencialidade da semente, mas também do hábitat que se faz receptivo e acolhe aquele estímulo. (MENEGETTI, 2014, p.174)

Cada ser humano é único e possui potencialidades próprias que orientam seu processo de desenvolvimento. Assim como uma macieira produz maçãs e não laranjas, cada pessoa traz em si características singulares que devem ser reconhecidas e respeitadas. Valorizar essa singularidade significa compreender que cada indivíduo possui um projeto de vida próprio, com capacidades criativas e possibilidades de crescimento que, quando estimuladas em um ambiente acolhedor e favorável, podem ser desenvolvidas e concretizadas (MENEGETTI, 2020).

Para Meneghetti as sementes que carregamos dentro de nós são a nossa virtualidade, uma semente que carrega informações e que é única no mundo. A vida é apresentada como uma possibilidade que é única a cada pessoa com um potencial também único. Dentro da Pedagogia Ontopsicológica o Em Si ôntico é que explica e determinada essa potencialidade e virtualidade. O conceito de Em Sí Ôntico é baseado na centralidade do ser, enquanto pessoa, é “Princípio formal e inteligente que faz autóctone histórica” (Dicionário de Ontopsicologia, p. 84) levando a pessoa a ter auto realização.

O desenvolvimento humano é caracterizado pelo crescimento e construção de conhecimentos que irão variar de acordo com as potencialidades da pessoa, mas também o seu ambiente. A semente está ali posta e agora cabe a nós desenvolvê-la apresentando estímulos adequados ao seu desenvolvimento. A potencialidade da pessoa existe dentro dela e devemos estar atentos para promover o desenvolvimento.

Na perspectiva da Pedagogia Ontopsicológica, o professor reconhece que cada criança possui potencialidades, características e um projeto de desenvolvimento próprio. Seu papel é acompanhar esse processo de forma atenta e sensível, oferecendo as condições necessárias para que cada aluno desenvolva suas capacidades e construa seu percurso de aprendizagem, respeitando sua singularidade e favorecendo a realização de seu potencial.

O escopo prático é educar o sujeito a fazer e a saber a si mesmo: fazer uma pedagogia de si mesmo como pessoa líder no mundo, educar um Eu lógico-histórico com capacidades e condutas vencedoras. Toda visão ontopsicológica referente a pedagogia é uma auscultação dos sinais do código (MENEGETTI 2010, p.409)

Na Pedagogia Ontopsicológica o Em Si ôntico indica a compreensão que cada um de nós tem uma potencialidade, onde o professor é aquele que vai estar ao lado e auxiliar nessa descoberta pessoal de cada um e na identificação destes caminhos a serem seguidos.

A pedagogia proposta pela escola ontopsicológica não é uma mudança dos programas previstos pelo Estado ou pelo conhecimento e tradição cultural já codificada, mas objetiva exclusivamente verificar quais são os pressupostos - base para que os nossos jovens - num amanhã - possam verdadeiramente testemunhar, exemplificar a consciência prometeica: o homem é o que faz. Aquele homem que, como quer que possam andar as coisas, sabe que jamais estará em perigo porque já está salvo pela intrínseca autoposição autorealizada. (MENEGETTI 2014, p.23)

Na perspectiva da Pedagogia Ontopsicológica, o professor considera a singularidade de cada aluno, reconhecendo suas características, potencialidades e necessidades individuais. A partir desse olhar atento, busca construir estratégias pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento pleno de cada estudante, valorizando o potencial único presente em cada pessoa.

O autor refere-se ao desenvolvimento do potencial único de cada pessoa. No contexto escolar, compreender a educação a partir dessa perspectiva representa um desafio, pois professores são frequentemente direcionados por objetivos específicos definidos para cada série, turma e etapa de escolarização. Entretanto, é fundamental ampliar esse olhar e refletir sobre a verdadeira função da educação na formação humana, valorizando a aprendizagem dos conteúdos e do desenvolvimento integral e as potencialidades individuais de cada estudante. A educação inclusiva se beneficia deste pensamento do professor Meneghetti pois estabelece objetivos individuais, pensando na potencialidade de cada um.

Meneghetti (2014) apresenta fundamentos para compreender o desenvolvimento da criança desde o nascimento, passando pela puberdade e vida adulta, aqui faremos um pequeno recorte sobre o desenvolvimento considerando a idade correspondente à Educação Infantil, pois são de importância dentro da Pedagogia Ontopsicológica.

O autor afirma que a criança deve ser fruto do egoísmo do casal, dependendo de uma relação saudável entre pai, mãe e filho para o pleno desenvolvimento da última. Para serem pais que possibilitam o desenvolvimento estes devem ser “adultos felizes” (MENEGETTI 2014, p.29).

A criança ao nascer apresenta seu temperamento que é pré originário ao Em Si, e uma parte do sujeito que é sempre positiva. Mesmo possuindo um temperamento até os seis meses a mãe é o filtro e instrumentalização da criança. O ambiente chega até a criança através da mãe, sendo o filtro de todas as interações do pequeno com o mundo que a cerca. Mesmo sendo esse filtro a mãe e os demais adultos não podem tomar posse da criança e não compreender que ela tem seu temperamento, sua forma de ser, devemos aceitá-la assim como é, deixando claro para ela a nossa aceitação.

Aos três anos de idade, período que corresponde ao “maternal II” da Educação Infantil a criança inicia conquistas relacionadas à autonomia na vida cotidiana, como o desfralde e as interações sociais com mais intencionalidade, neste momento o “instinto de posse” é fundamental, a criança deve conhecer-se e saber de si mesma, compreendendo-se como única. Assim sendo, *“o educador não deve limitar-se somente à aparência dos vários comportamentos de adaptação externa que não são primários no interno da criança”*(MENEGETTI 2014, p. 38).

Quando o adulto deve corrigir, após ter dado um imperativo categórico, não tendo a criança a capacidade de deslocamentos, deve deslocar-se o argumento distraíndo-a. Se insistisse, ela a mataria, a tornaria uma esquizofrênica inibida. A criança recordará quando aquela situação retornar. Se houvesse campo semântico subjacente, é melhor não dizer nada. Não tatar a criança como se fosse um adulto e não insistir diante de uma rigidez para não estabilizar uma crise, uma ruptura. (MENEGETTI 2014, p.43)

O professor deve atuar com sua intencionalidade pedagógica para ser útil ao crescimento da criança reconhecendo as suas potencialidades. O adulto, professor e/familiar deve agir com lealdade a criança, fazendo com que essa compreenda que é amada e os diferentes tipos de amor e oferecendo-lhe segurança emocional.

As brincadeiras oferecidas na educação de uma criança devem ser aquelas que a façam crescer de desenvolver-se, evitando os brinquedos prontos que não desempenhem funcionalidade na vida da criança e que não promovem a criatividade. O brincar com outras crianças é fundamental para o desenvolvimento, sendo “ a atividade lúdica de grupo com os coetâneos é o principal critério de saúde e crescimento para toda criança a partir dos 2 anos.” (MENEGETTI, 2014, p. 49)

Para a compreensão do desenvolvimento infantil, Meneghetti afirma que a criança organiza sua compreensão do mundo através das imagens. A criança se

compreende e através da imagem que vê refletida no espelho. Devemos ter essa compreensão e guiar a criança a sua realização pessoal.

Dentro da Pedagogia Ontopsicológica deve-se responsabilizar a pessoa pelo seu desenvolvimento, cada um deve agir em conformidade com a lei que nos rege na parte social, na moral de nosso tempo histórico, mas também deve agir em conformidade com o que é seu íntimo. Consideramos que ao ensinar a criança a ser responsável pelo seu desenvolvimento, pelo que é seu estaremos contribuindo com o seu desenvolvimento integral, assim como afirma Meneghetti fazendo o que é “o escopo de toda pedagogia é ajudar a evolução da criança.” (MENEGETTI, 2010, p.415).

3 MÉTODO

A pesquisa aqui apresentada utiliza-se de pesquisa bibliográfica sobre os termos de Educação Especial, Educação Inclusiva e Pedagogia Ontopsicológica, investigando os entrelaçamentos destas para a construção de um Caderno de propostas para os professores com a utilização da metodologia Desing Science Research (DSR) para concretizar e organizar as informações para os professores.

A necessidade de elaboração de um artefato dentro da perspectiva do DSR serve para a modificação de uma realidade existente. O artefato baseado neste modelo DSR “requer a criação de artefatos inovadores para solucionar desafios concretos do mundo real” (Nascimento, Leal, p. 139). A metodologia DSR é utilizada para a solução de problemas específicos, são formas de resolver e atender a situação problema do cotidiano. Os autores Albano e Delou (2024) consideram que a educação se utiliza de artefatos no cotidiano em a elaboração de planos de aula e/ou recursos didáticos, por exemplo, mas estes não são reconhecidos como objetos válidos para pesquisas científicas. A proposição da pesquisa DSR é a chave para dar cientificidade aos objetos pedagógicos construídos para a solução dos problemas reais.

O presente trabalho visa apresentar a elaboração de um artefato seguindo a perspectiva do modelo de DSR, para solução de problemas específicos. O objetivo é responder a demanda de construção de um artefato que sirva de proposição aos professores da Educação Infantil sobre a Síndrome de Down.

3.1 Delineamento e fases da pesquisa

Neste momento apresenta-se a proposição e produção de um artefato educacional para a conclusão do curso de especialização em Pedagogia Ontopsicológica. Ficou estabelecido como objetivo a criação de um Caderno de propostas para professores da Educação Infantil, que visa auxiliar a construção dos conhecimentos acerca da Síndrome de Down.

Para a realização deste material foi utilizado o percurso do DSR que se inicia na compreensão de um problema, para depois ir para a geração de alternativa, e desenvolvimento de artefatos para posterior avaliação e validação (Nascimento e Leal, 2026). Apresenta-se aqui o percurso para a concretização do artefato educacional voltado a professores da Educação Infantil. Através do DSR foi possível pensar no Cadernos de propostas como um artefato educacional que apresentasse alternativa de solução a um problema de realidade existente. Considerando que não foram encontrados modelos específicos para professores de Educação Infantil e Síndrome de Down este material se faz necessário para trazer subsídios aos professores.

O primeiro passo para a solução do problema foi pesquisar guias/cartilhas/cadernos com informações acerca da Educação Infantil e Síndrome de Down através da rede mundial de computadores pelo buscador Google, pois nos buscadores da CAPES, Scielo e Google Acadêmico foram encontrados artigos que faziam apenas referência a guias para Síndrome de Down e não propriamente o guia.

Num primeiro momento foram pesquisados se haviam guias/cartilhas ou cadernos que apresentassem a Síndrome de Down, realizando pesquisa na rede mundial de computadores, “google”, através da expressão: “*guia para Síndrome de Down*”. Com esta expressão encontrou-se possibilidades de material sobre o tema, contendo várias informações pertinentes sobre a Síndrome de Down, possíveis atendimentos e formas de desenvolvimento, mas escassos são os materiais voltados diretamente e somente aos professores, quase todos os documentos encontrados são voltados aos pais e cuidadores, apresentando um viés clínico, consideramos que estes guias são voltados à saúde da pessoa com Síndrome de Down e pouco trazem perspectiva educacional.

Ao realizar pesquisa sobre “guias de Síndrome de Down na primeira infância” foram encontrados guias para pais, escolas, médicos, muitos deles voltados às questões de saúde e equipes multidisciplinares, guias e cartilhas sobre inclusão voltados a Escola, no Ensino Fundamental, com informações pertinentes, mas nenhum específico para professores de Escolas da Educação Infantil.

Os guias encontrados voltados para a “primeira infância das pessoas com Síndrome de Down”, são voltados a cuidadores, pais/famílias e mesmo terapeutas. Ressaltamos que não existem muitas investigações específicas sobre a escolarização inicial, na Educação Infantil das pessoas com deficiência, em consequência para as pessoas com Síndrome de Down, talvez por isso não tem guias para esta idade escolar.

A adoção do método de pesquisa ‘Design Science’ é adequada em um projeto de pesquisa quando há a criação de um artefato para a promoção de melhorias no mundo real presente ou futuro, aplicado em contexto de cooperação ou não com os atores envolvidos, sendo a efetividade do artefato em alcançar tais melhorias o foco do estudo. (SANTOS, p. 76, 2018; IN NASCIMENTO e LEAL, p. 140)

No sistema de buscas da CAPES foram colocados os seguintes termos para busca: guia Síndrome de Down, no qual foram encontrados 11 artigos, dos quais somente um dos artigos trazia subsídios para construção de um guia, voltado a gamificação, como uma possibilidade, os demais artigos tratavam de assuntos referentes à saúde da pessoa com Síndrome de Down.

Ao realizar pesquisas com as palavras “*artefatos educacionais*” e “*guias educativos*” foram encontrados outros artigos que relacionados as pessoas com deficiência, mas não necessários para a realização deste trabalho. Foi encontrada a proposição de um livro como artefato para alunos com Síndrome de Down, voltado aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Encontramos outras proposições de artefatos, mas nenhum voltado aos professores da Educação Infantil.

Abaixo exibe-se uma tabela com os guias encontrados através dessas buscas na rede mundial de computadores voltados à Síndrome de Down na primeira infância e aqueles voltados à Educação e Síndrome de Down. Retiramos dessa apresentação os títulos que não foram possíveis de identificar o ano de publicação

ou que estão hospedados em páginas da internet, não sendo possível ter acesso aos seus autores.

Quadro 1 apresenta os guias coletados através de pesquisas na rede mundial de computadores.

Título do Guia	Ano
Projeto Escola Viva : garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola : necessidades educacionais especiais dos alunos	2005
Incluindo alunos com Síndrome de Down na Escola	2008
Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down	2013
Três vivas para o bebê: guia para mães e pais de crianças com Síndrome de Down	2014
Guia de Estimulação para Bebês com Síndrome de Down	2014
Identificação, Análise e Priorização de Requisitos de Aplicações Gamificadas para Apoio ao Ensino de Crianças com Síndrome de Down	2019
Guia para Clínica Síndrome de Down	2019
Estimulação Sensorio-Motora da Criança com Síndrome de Down 0 a 5 Anos	2024
Estimulação Precoce para crianças com Trissomia 21: construção e validação de guia de orientação para responsáveis e cuidadores	2026
Cadernos Pedagógicos Política Nacional de Educação Especial Inclusiva: Infâncias e Educação Especial Inclusiva	2026
Guia da Educação Especial da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul	2026

Fonte: a autora (2026)

Assim, a proposição de um caderno de propostas voltado a professores considera que: “Entre os recursos educacionais, os guias assumem papel relevante por fornecerem orientações claras e acessíveis, auxiliando na tomada de decisão e na prática do cuidado em saúde”. (AMADOR, et all, 2026, p. 4). Optamos por

chamar de Caderno de Propostas nosso material com o intuito de deixar mais próximo aos profissionais da educação.

O Ministério da Educação, MEC para fomentar e implementar as Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, Decreto nº 12.686/2025 apresentou no mês de maio nove “Cadernos Pedagógicos”, elaborados por profissionais de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), serão quatorze cadernos ao todo. Dentre os já lançados existe o “Caderno Infâncias e Educação Especial Inclusiva” que propõe ações na Escola para a Educação Infantil.

No mês de julho de 2026, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul instituiu o “Guia da Educação Especial” orientações para o atendimento das pessoas com deficiência na Rede Estadual de Educação.

O Caderno do MEC e o Guia da Rede Estadual têm em comum o atendimento às pessoas com deficiência, salienta-se que não são voltados aos professores de Educação Infantil e falam sobre a Síndrome de Down, mas não são o entrelaçamento aqui proposto.

3.2 Proposição e desenvolvimento do artefato

Ao realizar busca por propostas voltadas a para professores sobre a Síndrome de Down, poucas publicações são encontradas e na sua grande maioria são voltadas à escolarização do Ensino Fundamental, contendo informações pertinentes e importantes para essa modalidade de Educação. O que se sente falta é um material que estabeleça diálogo direto com os professores, e demonstre as possibilidades das pessoas com Síndrome de Down nas suas potencialidades, especificamente na Educação Infantil.

Este artefato surge da curiosidade de uma educadora especial e da necessidade de uma mãe apresentar seu filho com as características que tem e que ocorra o acolhimento às crianças com Síndrome de Down seja realizada na Educação Infantil de forma mais assertiva. Sendo necessário que passe por validação de outros profissionais da educação especial e da educação infantil.

Para responder aos questionamentos elencados no início deste trabalho pensou-se na necessidade de oferecer mais subsídios aos professores, para depois da conquista da vaga a criança receber o acolhimento na sua turma de destino, aqui

em especial a entrada da criança na educação infantil, do berçário à pré-escola, assim como seu direito à escolarização.

O artefato traz as informações consideradas relevantes das observações dos guias encontrados em pesquisas na rede mundial de computadores adequados para a Educação Infantil e a realidade experienciada no cotidiano da pesquisadora para a proposição do Caderno de propostas para professores da Educação Infantil,

O artefato trará ao iniciar uma crônica escrita para apresentar ao leitor um pouco do percurso; partes legislação voltada a educação especial e educação infantil; conceitos de Inclusão e a importância desta para as pessoas com deficiência, acesso e permanência na Escola Regular; características e definições sobre a Síndrome de Down; explicações sobre o dia 21 de março, Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de Down e a ação realizada nesse dia com meias trocadas e coloridas. Haverá um espaço para a troca de experiências de planos pedagógicos das professoras.

Constam fotografias estilizadas por inteligência artificial de um menino que apresenta Síndrome de Down em atividades cotidianas; são elencadas algumas características da síndrome; legislações pertinentes ao tema e o entendimento sobre inclusão e a importância desta para as pessoas com deficiência, acesso e permanência na Escola Regular.

Tem-se a pretensão que o Cadernos de Propostas não seja um instrumento fechado, acabado, mas que ele vá se constituindo a cada pessoa que seja atravessada pelas informações e que se crie a necessidade de ajustes a cada realidade impactada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo caminho de escolarização é construído a muitas mãos, são professores, famílias as gestões escolares e as políticas de Estado. A presente pesquisa teve como propósito contribuir para o fortalecimento da educação inclusiva na Educação Infantil por meio da elaboração de um caderno de propostas pedagógicas destinado aos professores que acolhem crianças com Síndrome de Down em seu ingresso na escola.

Partiu-se da compreensão de que, embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva desde a primeira etapa da Educação Básica, ainda existe uma lacuna de materiais específicos que subsidiem a prática docente nesse contexto. Demonstrou-se que a maior parte dos materiais disponíveis sobre Síndrome de Down é direcionada às famílias, cuidadores e profissionais da saúde, havendo escassez de recursos voltados especificamente aos professores da Educação Infantil. Esse cenário reforçou a pertinência da construção do artefato educacional desenvolvido nesta pesquisa.

Buscando a caracterização da Síndrome de Down passei a perceber que o primeiro que é dito é a característica da deficiência intelectual, penso que isso descaracteriza a pessoa, apresenta ela com um rótulo que depois fica mais difícil de retirar. É fundamental que o corpo docente compreenda que, para além de um diagnóstico apresentado pelas crianças que a eles cheguem, estão recebendo uma criança em pleno desenvolvimento e com o auxílio deles ela poderá seguir caminhos mais livres em busca de sua autonomia.

A Pedagogia Ontopsicológica constituiu um importante referencial para este estudo ao enfatizar a singularidade de cada criança e o reconhecimento de suas potencialidades como princípio orientador da prática educativa. Essa perspectiva amplia a compreensão da inclusão ao deslocar o olhar das limitações para as possibilidades de desenvolvimento humano, favorecendo uma atuação pedagógica pautada na intencionalidade, no acolhimento e no respeito à individualidade.

A Educação Inclusiva ainda tem muito a crescer dentro das Escolas como um todo, mas se iniciarmos na Educação Infantil teremos um caminho com mais espaços abertos e com menos barreiras a serem quebradas, pois as crianças pequenas acolhem a todos sem distinção.

Ao escrever este artigo e produzir o como artefato o Caderno de propostas para professores da Educação Infantil pretendemos apresentar a Síndrome de Down e demonstrar algumas possibilidades de acolhimento. Contém informações consideradas importantes após as pesquisas realizadas e a necessidade de mais subsídios para auxiliar os professores da Educação Infantil na construção dos processos inclusivos de seus alunos, especialmente daqueles com Síndrome de Down.

Consideramos ser um trabalho que ainda tenha muito a crescer com as contribuições dos professores que irão avaliar, especialmente no que diz respeito às suas práticas pedagógicas exitosas.

O trabalho, bem como o caderno foi escrito entrelaçando o olhar de uma pessoa que acredita no potencial que cada um de nós carrega dentro de si, os subsídios teóricos da educadora especial que sou e traz a emoção da mãe que vê seu filho diariamente construir um caminho pela educação Infantil.

Compreende-se que é necessário que se estabeleça vínculo afetivo entre a criança e os professores. Nesse sentido, o estudo demonstra a importância da profissionalização e qualificação profissional na busca pelo desenvolvimento integral da criança, lembrando sempre que a Educação Infantil é o ponto inicial da escolarização, um caminho que para todos é possível.

Acredito que a frase: O amor não conta cromossomos na Educação deva ser substituída ou melhor dizendo, complementada: Professor, Professora, sua prática pedagógica realizada com aporte teóricos vai fazer com que o desenvolvimento de uma criança com Síndrome de Down faça a sociedade acreditar que o amor não conta cromossomos.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Wladimyr Mattos et al. **Metodologia DSR na elaboração de artefatos simuladores**. In: *CONEDU*, 9., 2023, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94845>. Acesso em: 26 abr. 2026.

AMADOR, J. C. et al. **Estimulação precoce para crianças com trissomia 21**. *Revista Foco*, v. 19, n. 1, 2026. DOI: 10.54751/revistafoco.v19n1-002.

ANUNCIAÇÃO, L. M. R. L.; COSTA, M. P. R.; DENARI, F. E. **Educação infantil e práticas pedagógicas para o aluno com Síndrome de Down**. *Revista Brasileira*

de *Educação Especial*, v. 21, n. 2, p. 229–244, 2015. DOI: 10.1590/S1413-65382115000200005.

BARBOSA, Flávia Danieli de Souza. **Política da educação especial na educação infantil**. 2025. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2017/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, 2006. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº12686 de 20 de outubro de 2025**. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm

BRUNO, M. M. G.; NOZU, W. C. S. **Política de inclusão na educação infantil: avanços, limites e desafios**. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. esp. 1, p. 687–701, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.1.12199. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12199>. Acesso em: 29 mar. 2026.

FERRAZ, C. R. A.; ARAÚJO, M. V.; CARREIRO, L. R. R. **Inclusão de crianças com Síndrome de Down e paralisia cerebral no ensino fundamental I.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 16, n. 3, p. 397–414, 2010. DOI: 10.1590/S1413-65382010000300006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2000

JAHNKE, J. F. et al. **Pedagogia da infância: fundamentos para uma pedagogia do berçário.** *Revista Delos*, v. 18, n. 71, 2025. DOI: 10.55905/rdelosv18.n71-051.

LEAL, A. L. C.; NASCIMENTO, I. S. **SisCogni: aplicativo para suporte à inclusão.** *Informática na Educação: teoria & prática*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, 2025. DOI: 10.22491/1982-1654.147226. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/147226>.

LUTOSA, Francisca Geny; NUNES, Francisca Sueli Farias; DA SILVA, Maria Simone (orgs). **Infâncias e Educação Especial Inclusiva.** Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva v.9. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026.

MANASSERO MORALES, G. **Down syndrome clinical practice guideline.** *Revista de la Facultad de Medicina Humana*, v. 16, n. 1, 2022. DOI: 10.25176/rfmh.v16i1.338.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Cartilha síndrome de Down.** Campo Grande, 2019. Disponível em: https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Cartilha_-Sindrome_de_Down-SED-2019.pdf.

MENEGHETTI, Antonio. **Pedagogia ontopsicológica.** Recanto Maestro, RS: Ontopsicológica: Editora Universitária, 2014.

MENEGHETTI, Antonio. **Manual de Ontopsicologia.** Recanto Maestro, RS: Ontopsicológica: Editora Universitária, 2010.

NETO, Aline Martins; DALLA DÉA, Vanessa Helena (org.). **Cultura digidown: formação de professores para inclusão de estudantes com Síndrome de Down.** Goiânia: Cegraf UFG, 2020. E-book.

RIO GRANDE DO SUL, **Guia da Educação Especial da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.** Rio Grande do Sul, 2026. (PDF)

SOUZA, Sanaia Lúcia de; FERRAZ, Andréia de Melo Costa; GHIRELLO-PIRES, Carla Salati Almeida. **Síndrome de Down e linguagem:** elaboração de um manual de orientações a pais sobre a estimulação da linguagem. Disponível em: <https://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/9099/8764>. Acesso em: 23 mar. 2026.

Site:

Society and Development. Characterization of Down Syndrome manifestations in Brazil from 2016 to 2020. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 10, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i10.32806. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/32806> Acesso em: 23 mar. 2026.

INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL. **Incluindo alunos com síndrome de Down na escola.** Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/incluindo-alunos-com-sindrome-de-down-na-escola/>.